



13/03/2012 - Seminário discute soluções integradas para a grande São Paulo

A cidade de São Paulo foi construída num núcleo central e, com o seu rápido crescimento, as áreas mais periféricas foram sendo ocupadas, originando desafios do ponto de vista ambiental pela ameaça às áreas de preservação dos mananciais. Outro grande desafio dessa metrópole é o movimento pendular criado pelo desequilíbrio existente entre localização de moradia e trabalho, pernicioso sob muitos aspectos, do sistema de transportes à qualidade urbana em geral (inclusive ambiental).

Por outro lado, controlar as inundações em uma região quase totalmente permeabilizada e ao mesmo tempo garantir a gestão de águas pluviais, o uso adequado das áreas urbanas, a destinação correta dos resíduos sólidos, o abastecimento de água e a segurança energética, dentro de uma estrutura de preservação dos ecossistemas, parecem problemas insolúveis. Principalmente quando analisados de forma isolada e numa visão do longo prazo. Mas apresentam uma perspectiva de solução viável quando se pensa no conjunto, ou seja, na interconexão desses desafios e na interligação dos sistemas.

Para discutir estas questões o Instituto de Engenharia (IE), em parceria com o Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (Sinaenco), realizou, em novembro passado, o Seminário “Recursos Hídricos, Saneamento e Gestão Metropolitana – Novos Desafios”.

Durante o encontro, técnicos, acadêmicos, especialistas e empresários discutiram questões estratégicas como as jurisdições de estados e municípios, a gestão dos diferentes órgãos estaduais e municipais e os diversos setores de infraestrutura. E, principalmente, como otimizar essa interconexão do ponto de vista técnico, jurídico, institucional e administrativo.

O secretário municipal de Desenvolvimento Urbano, Miguel Luiz Bucalem, analisando os problemas da metrópole com foco na cidade de São Paulo, destacou que três quartos dos empregos estão concentrados em um quarto do território do município. Bucalem informou ainda que desde 2007 a prefeitura paulistana promove, em cooperação com o governo estadual, um trabalho entre a Secretaria de Transportes Metropolitanos (pelo lado do governo do Estado) e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento, com o objetivo de pensar políticas integradas do uso do solo e transportes. “A intenção é focalizar quais são as possibilidades de

um cenário mais equilibrado e de casar melhor as demandas de transporte geradas pela localização de emprego/moradia. É um trabalho perene, mas estamos perto de chegar a resultados interessantes, que oportunamente serão divulgados.”

Para Bucalem, um cenário harmonioso seria aquele promovido por um conjunto de políticas públicas que de um lado buscassem a intensificação não só do atendimento habitacional, mas também do apoio ao comércio e serviços em regiões que já contem com infraestrutura de transporte e, ainda, um equilíbrio maior na relação emprego/habitantes. “As duas questões – oferta de espaço e oferta de transportes para atender a demanda crescente – estão interligadas.”

Algumas áreas preferenciais estão sendo estudadas pela prefeitura paulistana, como, por exemplo, o entorno da rede sobre trilhos de alta capacidade onde exista a possibilidade de um maior adensamento seletivo nas cercanias das estações de trem e de metrô.

Outra vertente que está sendo investigada é a das operações urbanas municipais e a rede de transporte de alta capacidade também no município, prevendo-se a expansão para 2014. “Essas áreas de operações urbanas estão muito ligadas a áreas que já são bem servidas por transporte público de alta capacidade e que vão cada vez mais ser bem servidas”, disse Bucalem, acrescentando que estamos diante de uma grande oportunidade de transformação. Ele observa ainda que pelo planejamento divulgado pela Secretaria de Transportes Metropolitanos “vemos que os planos são ambiciosos, sob o ponto de vista de um cenário para 2025”.

Já o plano de habitação do município, desenvolvido no decorrer dos últimos cinco anos, já está na Câmara Municipal para aprovação. “No programa de regularização de assentamentos precários temos algo como 645 000 famílias que precisariam estar incluídas nessa gestão, conjuntamente com o programa de mananciais. Desde 2005 já foram beneficiadas 175 000 famílias, ou seja, o programa já tem escala. Mas para erradicar esse problema da cidade há uma grande necessidade de investimentos. Além disso, para promover a urbanização dessas áreas é preciso antes prover habitação para ao menos uma parte dos que vivem em moradias de alto risco”, explica Bucalem.

A seguir a presidente da Sabesp, Dilma Pena, resumiu o que vem sendo feito pela adoção do conceito de compartilhamento na área de saneamento, tanto pelo Estado como pela prefeitura paulistana. Ela informou que já foi feito um acordo Sabesp/Prefeitura, obtido após

dois anos de negociações. “Hoje temos efetivamente responsabilidades compartilhadas na prestação de serviços de saneamento no município de São Paulo.”

“O caminho é este: nós temos um primeiro layer, que é a implantação da infraestrutura de forma compartilhada, maximizando os recursos disponíveis; num segundo layer temos a concepção básica de viabilidade econômico-financeira e jurídica da utilização desta infraestrutura; e num terceiro layer está a relação da Sabesp com cada município, respeitando-se essas duas bases anteriores”, disse Dilma Pena.

Para a presidente da Sabesp já houve um grande progresso, ainda que em uma fase inicial. “Nós estamos praticando o compartilhamento da titularidade. Mesmo sem que este seja de fato definido legalmente, ele já está acontecendo de fato aqui na Região Metropolitana de São Paulo. E está dando muito certo. O mesmo está acontecendo em relação aos municípios de Cotia e de Ribeirão Pires, com iniciativas estabelecidas para mais seis municipalidades, além de negociações com outras tantas”, arrematou.